SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 17

2. MORADIA DIGNA COMO UM INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 19

2.1. DIREITOS DA PERSONALIDADE: CONCEITUAÇÃO, NATUREZA E EVOLUÇÃO 20

2.2. DIREITO À MORADIA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONTEÚDO JURÍDICO 26

2.2.1. A MORADIA ENQUANTO PRIVILÉGIO DE CLASSE E SUA TRANSIÇÃO PARA UM DIREITO SOCIAL 26

2.2.2. O CONTEÚDO JURÍDICO DA MORADIA ADEQUADA NO DIREITO INTERNACIONAL 28

2.3. O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL 29

2.3.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/2000: AVANÇOS E DESAFIOS 32

2.4. A MORADIA COMO ELEMENTO DO MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL E SUA CONEXÃO COM O DIREITO À CIDADE 36

2.5. DIMENSÕES INSTRUMENTAIS DA MORADIA PARA A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 42

2.5.1. DIREITO À VIDA E DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA 46

2.5.2. DIREITO À PRIVACIDADE E DIREITO À INTIMIDADE 48

2.5.3. DIREITO À HONRA E DIREITO À IMAGEM 50

2.5.4. DIREITO À IDENTIDADE PESSOAL 52

2.5.5. DIREITO AO PLENO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE 54

3. A REURB EXISTENCIAL E A TEORIA DOS CÍRCULOS CONCÊNTRICOS 58

3.1. DIMENSÃO JURÍDICA: SEGURANÇA DA POSSE E TITULAÇÃO 62

3.2. DIMENSÃO REGISTRAL: PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA 70

3.3. DIMENSÃO SOCIAL: PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E PROTEÇÃO DE VULNERABILIDADES 77

3.4. DIMENSÃO URBANÍSTICA: ADEQUAÇÃO ESPACIAL E INTEGRAÇÃO À CIDADE 82

3.5. DIMENSÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE E EQUILÍBRIO ECOLÓGICO 88

3.6. INTERDEPENDÊNCIA E COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS DIMENSÕES DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA 93

4. CONTROLE DE EXISTENCIALIDADE SOBRE AS LEIS DE REURB 96

4.1. ACLARAÇÕES METODOLÓGICAS 97

4.2. O MARCO INICIAL: LEI Nº 11.977/2009 E SEUS AVANÇOS 105

4.3. A CONSOLIDAÇÃO DA REURB: LEI Nº 13.465/2017 E SUAS CONTROVÉRSIAS ..116

4.4. AS REFORMAS LEGISLATIVAS RECENTES: LEI Nº 14.118/2021 E LEI Nº 14.620/2023 128

4.5. INEFICÁCIA EXISTENCIAL E DIAGNÓSTICO NORMATIVO DA REURB NO BRASIL 132

5. DIRETRIZES PARA UMA REURB EXISTENCIAL-ANTIFRÁGIL 135

5.1. O CAOS HUMANO NA IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA URBANA: RISCOS, COMPLEXIDADE E VIOLAÇÃO ESTRUTURAL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 136

5.2. O CAOS NORMATIVO: A INEFICÁCIA HISTÓRICA DAS RESPOSTAS LEGISLATIVAS COMO MANTENEDORA DA VULNERABILIDADE EXISTENCIAL 142

5.3. A NECESSÁRIA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA: INAPTIDÃO DAS RESPOSTAS TRADICIONAIS E EXIGÊNCIA DE NOVAS RACIONALIDADES PARA PROBLEMAS MULTIDIMENSIONAIS NO ÂMBITO DA REURB 146

5.4. A TEORIA DA ANTIFRAGILIDADE COMO REFERENCIAL EPISTÊMICO PARA UMA NORMATIVIDADE EXISTENCIAL DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA 150

5.5. DIRETRIZES PARA UMA REURB EXISTENCIAL-ANTIFRÁGIL: PROPOSIÇÕES NORMATIVAS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 158

5.5.1. DIRETRIZ DA CENTRALIDADE EXISTENCIAL DA PESSOA HUMANA 159

5.5.2. DIRETRIZ DA EXISTENCIALIDADE INTEGRADA DAS CINCO DIMENSÕES 160

5.5.3. DIRETRIZ DO DEVER ESTATAL ATIVO E DO APRENDIZADO PERMANENTE . 162

5.5.4. DIRETRIZ DA PUBLICIDADE REGISTRAL E DA INTEROPERABILIDADE DOS CADASTROS SOCIAIS ÀS INFORMAÇÕES DE DIREITOS REAIS 163

5.5.5. DIRETRIZ DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA VINCULANTE E DA INCLUSÃO DOS VULNERÁVEIS COMO VETOR ANTIFRÁGIL 165

5.5.6. DIRETRIZ DA INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA OBRIGATÓRIA, DA NÃO LINEARIDADE E DA ESCALABILIDADE TERRITORIAL 166

5.5.7. DIRETRIZ DA SUSTENTABILIDADE EXISTENCIAL E DA REDUNDÂNCIA AMBIENTAL 167

5.5.8. DIRETRIZ DA OPCIONALIDADE NORMATIVA E PROCEDIMENTAL 169

5.5.9. DIRETRIZ DA VIA NEGATIVA E DA SIMPLICIDADE ESTRUTURAL 170

5.5.10. DIRETRIZ DA GOVERNANÇA PELA REDUNDÂNCIA E DA COOPERAÇÃO MULTINÍVEL 171

5.5.11. DIRETRIZ DA NORMATIVIDADE CONSEQUENTE E DO RESULTADO EXISTENCIAL VERIFICÁVEL 172

5.5.12. DIRETRIZ DA PREVENÇÃO ESTRUTURAL E DA TRANSITORIEDADE DA NORMATIVIDADE DE REURB 173

5.5.13. DIRETRIZ DA MEDIAÇÃO URBANÍSTICA 174

6. CONCLUSÃO 178

REFERÊNCIAS 181

ANEXO 210

ANEXO A - Matriz Analítica de Avaliação da Eficácia Normativa das Leis de REURB .210